

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA NACIONAL ESCOLA DE GESTORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR

Mírian Simone Ferreira de Jesus

**A CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO INFANTIL SOB A ÓTICA  
DA GESTÃO DEMOCRÁTICA**

Porto Alegre  
2015

Mírian Simone Ferreira de Jesus

**A CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO INFANTIL SOB A ÓTICA  
DA GESTÃO DEMOCRÁTICA**

Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização em Gestão Escolar, do Programa Nacional Escola de Gestores da Educação Básica, apresentado à Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, Programa de Pós Graduação em Educação, como requisito para a obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dra. Jaira Coelho Moraes

Porto Alegre  
2015

## RESUMO

O presente trabalho visa mostrar os aspectos observados que deram origem ao projeto vivencial e as ações elaboradas a partir destas observações, bem como suas implicações no cotidiano escolar de uma Escola Municipal de Educação Infantil, de nome fictício *Raio de Sol*, desenvolvidas no período de 2014 a 2015. Após a sistemática de estudo baseada nas disciplinas do Curso de Especialização Escola de Gestores na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, buscou-se um diagnóstico da realidade escola para implementar um Projeto Vivencial - atividade do curso - que promovesse qualificar a gestão democrática da escola. A discussão acerca da concepção de educação infantil na proposta político pedagógica é o foco deste trabalho que partiu da necessidade de modificar o conteúdo do Projeto Político pedagógico da Escola. Para isso, foi realizado diagnóstico através de observações e registradas em relatos do gestor e questionário alternativo e descritivo destinados as famílias, parte integrante da comunidade escolar que possui grande responsabilidade do sucesso ou do fracasso da escola quando se fala de qualidade no atendimento as crianças. Verificou-se que um dos aspectos do projeto político pedagógico da escola possuía em si a visão de concepção de educação infantil. A partir daí, no decorrer do projeto de intervenção, os desdobramentos motivados pelas ações trouxeram devolutivas levando a outros questionamentos e abrindo espaço para novas discussões. O trabalho contou com os aportes teóricos de Paro, Cury, no que diz respeito a Gestão Democrática; Salles; Faria; Didonet em relação a educação infantil.

**Palavras-chave:** Gestão Democrática; Projeto Político Pedagógico; Concepção de Educação Infantil.

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Resposta do Questionário aos Pais

Quadro 2 - Comentários das Professoras em Relação a Concepção de Educação Infantil

## **SUMÁRIO**

### **1 INTRODUÇÃO**

### **2 O PROCESSO DE GESTÃO DEMOCRÁTICA E O DIREITO A EDUCAÇÃO NO COTIDIANO DA ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL**

#### **2.1 A GESTÃO DEMOCRÁTICA E DIREITO À EDUCAÇÃO**

#### **2.2 A EDUCAÇÃO INFANTIL NO CONTEXTO HISTÓRICO-CULTURAL**

### **3 PRINCÍPIOS METODOLÓGICOS**

### **4 UMA ANÁLISE DAS AÇÕES REALIZADAS**

#### **4.1 QUESTIONÁRIO APLICADO ÀS FAMÍLIAS**

#### **4.2 FORMAÇÃO PEDAGÓGICA**

### **ALGUMAS CONSIDERAÇÕES**

### **REFERÊNCIAS**

### **APÊNDICE A**

## 1 INTRODUÇÃO

Este trabalho de conclusão de curso partiu do Projeto de Intervenção construído no curso de especialização Escola de Gestores e baseou-se nas observações registradas. O presente trabalho foi aplicado na EMEI Raio de Sol<sup>1</sup> durante o segundo semestre de 2014 até o segundo trimestre de 2015.

A discussão acerca da concepção de educação infantil na Proposta Político Pedagógica é o foco deste estudo, que teve como motivo a necessidade de modificar o conteúdo do Projeto Político Pedagógico da Escola, pois foi observado que havia influência em como se via a educação infantil em situações de conflito envolvendo pais e professores, bem como na prática dos profissionais que atuam nesta área, influenciando no processo de ensino aprendizagem e na convivência na escola.

A Escola de Educação Infantil Raio de Sol foi fundada em 10 de maio de 2006. Situada no bairro Guajuviras, na Vila Comtel, a escola atende 137 crianças na faixa etária de 0 a 5 anos e 11 meses de idade (creche e pré-escola) e foi construída a partir da necessidade da comunidade de ter um espaço para atendimento na primeira infância.

A população do entorno possui, em sua principal característica, a vulnerabilidade social, já que muitas crianças são oriundas de famílias com renda inferior a um salário mínimo, com saneamento básico precário em suas moradias, sendo que o sustento de muitas delas provém da venda de reciclados, por conta da instalação de cooperativas próximas a escola.

O trabalho contou com os aportes teóricos de Paro, Cury e Oliveira, no que diz respeito à Gestão Democrática; Salles e Faria; Didonet em relação à educação infantil. A pesquisa de natureza qualitativa teve como base a pesquisa-ação baseada em Richardson e Franco, utilizando como instrumento o questionário aplicado às famílias e formação pedagógica realizada com as professoras.

---

<sup>1</sup>O nome dado é fictício para não identificar a escola.

O estudo tem como Objetivo Geral: Fortalecer o processo de gestão democrática através da participação de todos os envolvidos (pais, professores, funcionários) no processo de construção da concepção de educação infantil. A partir desse, construiu-se os objetivos específicos:

- Propor, em momentos diversificados, a reflexão sobre o papel da escola de educação infantil com as famílias e os profissionais da instituição com vistas à melhoria na resolução de conflitos e situações problema;
- Incentivar o vínculo entre família e escola ao valorizar o ponto de vista da comunidade frente às questões que abrangem a educação e o cuidado das crianças;
- Atualizar, através de pesquisa junto à comunidade escolar, o item da Proposta Pedagógica que trata da concepção de educação infantil.

Cabe salientar que a escolha do gestor nas Escolas de educação Infantil do município de Canoas é feita através de indicação para o cargo, excluindo-se, assim, um dos princípios da Gestão Democrática.

A estrutura do trabalho divide-se neste capítulo em que o tema é apresentado, fazendo referência à discussão sobre educação infantil, citando o objetivo principal deste estudo que é o de rever o Projeto Político Pedagógico em relação a esta concepção e a justificativa do estudo pela sua importância no processo de ensino aprendizagem e de convivência na escola. No capítulo seguinte, é abordado o processo de gestão. Após, o conceito de pesquisa-ação e os instrumentos de pesquisa utilizados, costurando as reflexões dos autores que estudei na escola de gestores. Para finalizar, análise das ações e considerações finais.

## **2 O PROCESSO DE GESTÃO DEMOCRÁTICA E O DIREITO A EDUCAÇÃO NO COTIDIANO DA ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL**

Este capítulo visa analisar as questões que contribuem no entendimento a respeito da educação infantil no âmbito social e legal, bem como suas implicações dentro de uma perspectiva democrática traduzido no documento que representa a fala da comunidade escolar a esse respeito: o Projeto Político Pedagógico.

### **2.1 A GESTÃO DEMOCRÁTICA E DIREITO À EDUCAÇÃO**

Quando pensamos em gestão observamos os avanços na sociedade no que se refere a democratização, pois neste contexto a instituição escolar acontece no mesmo ritmo. Como menciona Peroni (2014),

“a gestão democrática é parte do projeto de construção da democratização da sociedade brasileira. Nesse sentido, a construção do P.P.P, a participação em conselhos, a eleição para diretores, a autonomia financeira são processos pedagógicos de aprendizagem da democracia, tanto para a comunidade escolar quanto para a comunidade no geral, porque a participação, depois de muitos e muitos anos de ditadura é um longo processo de construção. (PERONI, 2014, p. 11,12).

Portanto, os mecanismos de gestão democrática auxiliam para que a sociedade, não só a que frequenta a escola, mas também as do entorno, exerça sua cidadania a fim de efetivar relações democráticas também no exterior da escola. Paro (2000, p. 25) aponta que “não pode haver democracia plena sem pessoas democráticas para exercê-la”.

A autoridade compartilhada descrita por Lück (2001), também chamada de Modelo de Gestão, conduz a escola juntamente com a participação colegiada, sendo deveras recente no contexto histórico, com data da nossa Constituição de 1988. É importante mencionar que a prática da gestão acontece através de mecanismos, como a eleição de diretores, a autonomia financeira e participação efetiva da comunidade através de conselho escolar. A centralização das decisões, a restrição

da participação dos demais participantes da escola concorda com o que Paro (2000) aponta quando se refere à figura única do diretor que, de maneira indireta, acaba por atender aos interesses e demandas do Estado.

Na maioria das vezes, tem-se a ideia de que o gestor é a figura central de autoridade na escola, de modo que todas as decisões culminam na figura deste. Dessa forma, a comunidade perde em qualidade de atendimento na escola, pois muitas das questões abordadas seriam de fácil resolução se houvesse o momento de escuta e de levantamento de opiniões, visando resolver diversas situações que ocorrem no universo escolar.

Durante a caminhada do gestor, o desafio é contribuir de maneira positiva na construção de um espaço de participação coletiva, valorizando a comunidade e promovendo ações para que haja, de maneira efetiva, a real participação desta na busca por melhorias na instituição, a fim de que a ideia de pertencimento não seja só uma utopia. Neste sentido, é preciso promover um espaço escolar livre de preconceitos, onde os direitos humanos são respeitados, principalmente quando se trabalha com a primeira infância.

A comunidade do entorno da Escola Raio de Sol, chamada de Vila Comtel, bairro Guajuviras, possui alto nível de criminalidade, tráfico de drogas, situação de pobreza extrema, violência doméstica, situações de abuso, exploração sexual, moradias irregulares com potencial risco à saúde num local evitado por boa parte da população canoense. Por isso, o trabalho desenvolvido aqui não fica resumido ao espaço da escola, pois há a necessidade de buscar um melhor envolvimento real com a comunidade. Conforme Côco (2015 apud FLORES; ALBUQUERQUE, 2015, p. 155),

Também é preciso considerar que os processos educativos nas EI (Escolas Infantis) se efetivam numa rede ampliada que envolve as famílias e outras instituições, cujas políticas se dirigem também as demandas das crianças (saúde, assistência, lazer, etc.). Com isso, o exercício da gestão precisa incorporar uma rede ampliada de interlocutores no desenvolvimento de seu trabalho (CÔCO, 2015 apud FLORES; ALBUQUERQUE, 2015, p. 155).

Cotidianamente, ao receber as famílias, a escola recebe também estas realidades e, quando há a possibilidade de fazer algo a mais, a instituição atua junto com os órgãos responsáveis: CRAS, CREAS, Conselho Tutelar e Polícia Pacificadora, aqui denominada de Território da Paz, apesar de que algumas famílias sequer conhecem estes atendimentos. Estas demandas, quando solicitadas, influenciam de maneira direta na relação entre a escola e as famílias, percebendo essa relação como forma de ampliação de um maior vínculo com a comunidade.

Quando se fala sobre o fato de a escola buscar para si a responsabilidade, bem como outras situações ocorridas com as crianças e suas famílias, é possível apontar as seguintes palavras de Gracindo (2007, p. 19): “a função política da escola e também dos sistemas e redes de ensino está estreitamente ligada a sua prática pedagógica visando agir sobre a realidade social”. Assim, na perspectiva de bem atender a criança e suas demandas, a escola assume este condicionante, podendo ser eficaz na busca por um relacionamento mais próximo com as famílias e com a comunidade, que poderia passar a enxergar a escola como sendo, de fato, parte dela.

Já ao falar em gestão, são observados os avanços na sociedade no que se refere à democratização, pois neste contexto a instituição escolar acontece no mesmo ritmo.

É importante mencionar que a prática da gestão acontece através de mecanismos, como a eleição de diretores, a autonomia financeira e participação efetiva da comunidade através de conselho escolar.

## 2.2 A EDUCAÇÃO INFANTIL NO CONTEXTO HISTÓRICO-CULTURAL

Ao pensar em educação infantil, busca-se nas suas raízes históricas o entendimento desse conceito. O trabalho com crianças pequenas passou por diversas funções ao longo dos tempos, desde o atendimento em caráter assistencialista, com as chamadas rodas dos enjeitados e também na crescente

expansão da mão de obra das mães que saíam de suas casas para ocupar as vagas de trabalho nas indústrias.

Observa-se que o pensamento sobre criança sob o ponto de vista dos familiares e também dos profissionais não acompanhou no mesmo ritmo a inserção desta no novo papel desempenhado pela educação infantil. Alves e Barbosa (2009) dizem que

A Educação Infantil brasileira constituiu-se de modo fragmentado, pulverizada em uma diversidade de órgãos federais, estaduais e municipais, na iniciativa privada e filantrópica, e configurando duas redes paralelas, que diferenciam o tipo de atendimento conforme a classe social de origem das crianças. Para as classes populares, oferece-se uma educação precária, em locais improvisados, com educadoras voluntárias e sem formação específica, sem recursos materiais e pedagógicos, priorizando a domesticação do corpo e das mentes, sob propostas compensatórias e custodiais; enfim uma educação pobre para pobres. A ideia pejorativa de creche enquanto “depósito de crianças”, se tornou marca histórica da instituição, a partir da justificativa de sua criação como local de guarda e custódia infantil para liberação da mulher para o trabalho extradomiciliar. (ALVES; BARBOSA, 2009, p.04).

Portanto, quando se dialoga sobre educação infantil, precisa-se discutir o que está implicado no cuidar e educar nos dias de hoje dentro das IEI (Instituição de Educação Infantil), bem como analisar os diversos contextos dos quais se originou as opiniões de famílias e profissionais desta etapa da Educação Básica.

A discussão acerca da existência desses espaços escolares para as crianças está assegurada desde a Constituição Federal de 1988 e também no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), este último considerado um avanço social em se tratando de políticas públicas para a primeira infância. As autoras Faria e Salles (2012) conceituam de maneira adequada ao pontuar:

Considerar a criança como sujeito é levar em conta, nas relações que com ela estabelecemos que ela tenha desejos, ideias e opiniões, capacidade de decidir, de criar, de inventar, que se manifestam, desde cedo, nos seus movimentos, nas suas expressões, no seu olhar, nas suas vocalizações, sua fala.(FARIA; SALLES, 2012, p.56).

Os objetivos que abrangem a educação infantil e a discussão acerca do trabalho envolvendo o cuidar e o educar como indissociáveis são assuntos que

necessitam de constantes debates, pois é necessário salientar que a partir da análise destes elementos pode-se embasar a concepção de educação infantil.

Nos dias atuais, na medida em que as pesquisas que indicam que as brincadeiras e interações exercem fundamental importância no desenvolvimento da criança e posteriormente ao tornar-se indivíduo, os estabelecimentos de ensino com área de atuação na primeira infância têm se tornado um espaço rico em proporcionar isso aos infantes. Porém, há um longo trabalho a ser feito com as famílias das crianças que ainda consideram que as escolas infantis fundamentam a sua existência baseada na necessidade dos diversos pais e mães trabalhadores que necessitam trabalhar para sustento e não podem ficar com os filhos em casa.

De acordo com Didonet (2001),

Falar da creche ou da educação infantil é muito mais do que falar de uma instituição de suas qualidades e defeitos, da sua necessidade social ou da sua importância educacional. É falar da criança. De um ser humano, pequenino, mas exuberante de vida. (DIDONET, 2001, p.11)

Essa visão de criança sujeito de direitos inalienáveis foi construída após as considerações de pesquisadores da área em conjuntura com bases legais que ajudaram a estabelecer como direito da criança de frequentar a creche e pré-escola, independente da situação familiar em que esta se encontra.

Vale ressaltar que os espaços escolares surgem como promoção de direitos iguais para que todas as crianças possam ter acesso às mesmas oportunidades de desenvolver-se em todos os aspectos: físico, cognitivo e afetivo. Pode-se ver na afirmação de CURY (s/d) que:

A educação escolar é um bem público de caráter próprio por implicar a cidadania e seu exercício consciente, por qualificar para o mundo do trabalho, por ser gratuita e obrigatória no ensino fundamental, por ser gratuita e progressivamente obrigatória no ensino médio, por ser também dever do Estado na educação infantil (CURY, s/d, p. 2).

Outro ponto importante, no que se refere a avanços nas políticas públicas educacionais, foi a promulgação da Lei 12.796/2013 e firmado através do Plano

Nacional de Educação do ano de 2014 na sua Meta Um, que institui “universalizar até 2016 a educação infantil na pré-escola para crianças de quatro a cinco anos de idade”. Esta meta, ainda em fase de implantação (os municípios tem até o ano de 2016 para se adequar a esta legislação), reforça a preocupação do Estado em oferecer direitos iguais às crianças, num espaço de convivência onde podem experimentar as interações e a brincadeira que são inerentes à educação infantil.

Ao mesmo tempo em que o atendimento às crianças é ampliado para cumprir uma exigência legal, precisa-se levar em conta a qualidade e isso inclui recursos humanos e financeiros, infraestrutura adequada para a demanda que se espera acolher, que também merecem atenção com políticas públicas que a promovam para que as legislações que já existem tenham seu cumprimento fiscalizado.

Outro aspecto relacionado à qualidade na educação tem a ver com o como a escola recebe e percebe a comunidade escolar nas suas diversas formas de participação. Cury (s/d) argumenta que a garantia de qualidade na educação está ligada a construção do Projeto Político Pedagógico, cujo objetivo é o de documentar as intenções enquanto práticas e finalidades elaboradas com a comunidade escolar. Dito isso, aponta-se que o nível de participação de pais e professores nesta construção é fundamento básico da gestão democrática para que a escola de fato seja um instrumento de controle democrático a serviço da educação.

O Projeto Político Pedagógico de uma escola viabiliza a colaboração de diversas vozes na sua construção e alimenta a promoção da gestão democrática neste espaço. Conforme Oliveira (2005, p.02), “O PPP da escola deve, de fato, mostrar a escola, com sua cultura organizacional, suas potencialidades e suas limitações”. Quando pensado coletivamente, contemplando um dos princípios da gestão democrática, o projeto pode sim ter um alcance significativo quando ao falar de qualidade na escola pública.

### 3 PRINCÍPIOS METODOLÓGICOS

O estudo de natureza qualitativa tem como base a pesquisa-ação no qual, segundo Franco (2005), “se alguém opta por trabalhar com pesquisa-ação, por certo tem a convicção de que pesquisa e ação podem e devem caminhar juntas quando se pretende a transformação da prática”. Ou seja, a figura do pesquisador está implicada no processo de pesquisa e neste envolvimento a reflexão constitui a base para próximas ações. Quando colocada em prática, a pesquisa-ação demonstra um efeito considerável ao conseguir com que os envolvidos na pesquisa, de fato flexionem no mesmo espaço do qual é o cerne da temática pesquisada.

Já Richardson (s/d, p.12) diz que “um aspecto crucial da pesquisa-ação é a participação das pessoas que vivem na situação pesquisada ou que podem ser afetadas pelos resultados da ação”. Como a área de atuação a ser pesquisada e desenvolvida era a escola de atuação, as atividades do projeto puderam ser acompanhadas em tempo real, possibilitando a interação entre os envolvidos e a reorganização de estratégias que possibilitassem alcance maior dos participantes no decorrer da pesquisa.

De acordo Franco (2005, p. 493), a pesquisa ação requer “a valorização de ações eminentemente interativas, dialógicas, vitalistas”. Isso porque a pesquisa-ação proporciona a participação no processo, levando em consideração as especificidades dos envolvidos na pesquisa.

Outro ponto de destaque da pesquisa-ação trata da alta identificação com o que se propõe esta metodologia de pesquisa quando a relacionamos à construção da concepção de educação infantil da Proposta Político Pedagógica. Este importante documento da escola torna acessível à participação da comunidade escolar.

Assim, a pesquisa-ação permite que todos se envolvam na pesquisa e que, ao mesmo tempo, busquem uma transformação significativa da realidade através das ações. Ou seja, à medida que a pesquisa-ação vai sendo aplicada, há a projeção de modificação do contexto.

Os instrumentos de pesquisa utilizados para desenvolver o projeto na EMEI Raio de Sol foram aqueles dos quais o tempo e as circunstâncias permitiram, já que a pesquisa necessitava de tempo hábil para empreender as ações e conciliar com a gestão da escola. Para a pesquisa, foi encaminhado questionário às famílias, em específico para turmas de jardim por se tratar da turma que frequenta a escola há mais de um ano.

Para os professores, antes da reunião pedagógica, foi solicitado com antecedência que pesquisassem e fizessem leitura prévia a respeito da temática sobre a concepção de educação infantil, pois no dia da reunião haveria um momento para a leitura da concepção de educação infantil que consta na Proposta Política Pedagógica e, em seguida, cada professora poderia trazer sua contribuição para a discussão do tema.

Neste sentido, para aplicação dos instrumentos, em relação à presença dos responsáveis na escola para responder ao questionário, pensou-se que sua rotina poderia ser prejudicada, pois alguns tinham horário de trabalho e estudo. Já com os professores, levou-se em consideração a possibilidade de todos os profissionais estarem presentes ao mesmo tempo para que houvesse este momento de troca sobre o assunto.

## **4 UMA ANÁLISE DAS AÇÕES REALIZADAS**

Este capítulo contempla as ações realizadas no período de dezembro de 2014 a maio de 2015 e contém a participação dos responsáveis de oito famílias através de questionário aplicado e coleta de opiniões de cinco professoras durante seminário na formação pedagógica cujo tema era “A concepção de Educação Infantil”. As reflexões acerca das opiniões dos pesquisados foram de extrema relevância para a construção do trabalho.

Neste ano, os instrumentos de pesquisa utilizados foram as reuniões e os questionários. Como se trata de uma escola de educação infantil, cujo trabalho administrativo e pedagógico é encarregado à diretora, a única chefia direta existente na escola, algumas atividades propostas para a pesquisa tiveram de ser reorganizadas, como, por exemplo, as reuniões com os funcionários da escola no geral.

Como primeira ideia, havia a possibilidade de fazer reuniões em grupos. Outra ação que não foi possível realizar na íntegra diz respeito às reuniões pedagógicas que estavam previstas para acontecer mensalmente. No calendário, que retornou à escola com atraso, três meses após o início das atividades, ficaram previstas apenas três reuniões ao longo do ano. A razão foi a falta de professores nas salas para cumprir as aulas. A diretora, neste caso, teve sua carga horária dividida em vinte horas para que, nas outras vinte, pudesse assumir turmas nas quais faltaram professores.

O que se constatou através destes diferentes instrumentos de pesquisa é que as queixas de alguns familiares, a forma como entendem as normas do regimento da escola, bem como enxergam as normas do regimento escolar denunciam o quanto a concepção de educação infantil para estas famílias está em construção.

### **4.1 QUESTIONÁRIO APLICADO ÀS FAMÍLIAS**

Os questionários foram encaminhados às famílias das turmas de pré-escola por se tratar de crianças que, em sua maioria, estão há cerca de dois ou três anos na escola. O questionário continha perguntas fechadas e abertas, com respostas alternativas e descritivas. As questões seguem abaixo:

1. Assinale qual documento você acha que representa a escola como um todo;
2. Quem você acha que é responsável pela construção da Proposta Político Pedagógica da escola;
3. Quantas reuniões ao todo você participou este ano, (incluindo reuniões de entrega de pareceres entre outros);
4. O que você acha que deve conter na Proposta Político Pedagógica da nossa escola;
5. Descreva o que você entende por Educação Infantil;
6. Descreva o que você pode fazer para participar mais das atividades da escola.

Dos 40 questionários, apenas 18 retornaram respondidos. Para identificar melhor as respostas às questões, é apresentado o quadro abaixo com as respostas sintetizadas:

**Quadro 1 - Resposta do Questionário aos Pais**

Pais	Questão 1	Questão 2	Questão 3	Questão 4	Questão 5	Questão 6
A	P.A	Profs.	Duas	Orientações	Ensina o respeito	Participa quando chamado
B	P.P.P	Profs	Duas	Regras	Exista o cuidado e o pedagógico	O que for pedido, se prontifica a fazer
C	Reg.	Profs.	Duas	Orientações	São os primeiros passos da criança	O que puder, se convidado, fará
D	P.A	Com. Escolar	Duas	Regras	Trabalhar a inteligência da criança	Se solicitada, vem sempre que precisar
E	Reg.	SME	Duas	Orientações	Alfabetizar, formar cidadãos	Assiste reuniões, não pode ir em eventos no sábado
F	P.A	Profs.	Uma	Orientações	Nasce do desenvolvimento integral e harmonioso de quem educa, [quem dá o exemplo são pais avós e tios	A participação é das maiores possíveis
G	P.A	SME	Duas	Leis	Um preparo para o ensino fundamental	Se precisar, pode chamar
H	P.P.P	Profs	Duas	Regras	Auxilia a criança a se desenvolver melhor	Frequentar as reuniões

**Fonte: Elaborado pela autora**

Entre as respostas dos pais às questões, cabe destacar a opinião do responsável D sobre o que entende por educação infantil. Este responde que “é para trabalhar a inteligência da criança”, contrariando o real sentido das escolas para os pequenos. De acordo com este contexto, a escola está longe de ser um complemento para a família. Visto que a identidade das escolas de educação infantil está em construção contínua, faz-se necessário entender qual é o papel delas no âmbito da educação básica e no cenário brasileiro.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (2013) esclarecem a respeito disso:

A função das instituições de Educação Infantil, a exemplo de todas as instituições nacionais e principalmente, como o primeiro espaço de educação coletiva fora do contexto familiar, ainda se inscreve no projeto de sociedade democrática desenhado na Constituição Federal de 1988 (art. 3º inciso I), com responsabilidade no desempenho de um papel ativo na construção de uma sociedade livre, justa, solidária, e socioambientalmente orientada (DCNEI, 2013, p.85).

Portanto, muito mais que trabalhar a “inteligência”, as escolas infantis cumprem um papel social ao articular aspectos de cuidar e educar, respeitando as particularidades de cada criança e acolhendo-a em um ambiente que oportuniza práticas pedagógicas que visem a construção de conhecimentos e valorizem as diferentes linguagens por meio dos quais os pequenos se apropriam do mundo.

Na opinião dos familiares E e G observamos relatos similares quando se referem ao que entendem por educação infantil. Nas duas falas, transparece a preocupação do “preparo para o ensino fundamental” e “alfabetizar”. Sobre isso explicam Mota; Gomes; Fernandes (apud FLORES; ALBUQUERQUE, 2015, p.229) que “a prática da escolarização antecipada na educação infantil se dá muitas vezes por pressão das próprias famílias, que desconhecem as implicações desse processo no desenvolvimento de seus filhos”. A reflexão nesse sentido é importante visto que no modelo de sociedade atual, a educação é vista por alguns com as premissas padrão, o ler e o escrever. O acesso a outras formas de apropriar-se do mundo,

como em diferentes linguagens oferecidas na educação infantil, por exemplo, nessa visão é secundária e acaba por gerar opiniões como a deste familiar. Também, outro fator a se considerar neste caso, é que a educação no seu contexto histórico possuía elementos da educação infantil, os professores traziam esses elementos de alfabetização para trabalhar com as crianças pequenas, o que desde já contribuiu para que a educação infantil fosse identificada com os primeiros anos do ensino fundamental.

Na opinião do responsável H em relação ao questionamento sobre o que entende por educação infantil, este responde “que auxilia a criança se desenvolver melhor”. Tal resposta está em concordância com o que atualmente se tornou papel nas práticas das salas das escolas de educação infantil. Sobre isso, Flores (s/d) esclarece que:

Atualmente a Educação Infantil possui uma abrangência maior, pois passa a ser considerada um local de educar e de saberes sistematizados e não só de cuidados. As instituições são responsáveis não somente pela “guarda” da criança durante o período que a criança está na instituição, mas pela educação humana e moral das crianças de 0 a 6 anos. (FLORES (s/d, p. 5)

“Se precisar posso vir na escola para algum evento”, foi a resposta da responsável “A”, em relação à questão 6, cujo filho está na escola há cerca de dois anos e meio. Esta questão teve a intenção de incentivar a reflexão a respeito da parceria entre escola e família, tanto na construção do Projeto Político Pedagógico quanto em outras possibilidades de participação, como no Conselho escolar e Círculo de Pais e Mestres, por exemplo. Como apontam Castro e Regattieri (2009):

Podemos dizer que a relação entre a escola e a família está presente, de forma compulsória, desde o momento em que a criança é matriculada no estabelecimento de ensino. De maneira direta ou indireta, essa relação continua viva e atuante na intimidade da sala de aula. Assim, sempre que a escola se perguntar o que fazer para apoiar os professores na relação com os alunos, provavelmente surgirá alguma interação com as famílias (CASTRO; REGATTIERI, 2009, p.15).

Assim, ao promover eventos comemorativos, a escola oportuniza, por exemplo, a possibilidade de conhecer muitas das famílias das quais os responsáveis

tem possibilidade de comparecer na escola, possuem horário que não coincide com os da escola, por exemplo. O momento em que a escola mais visualiza a presença das famílias no ambiente escolar é nestes eventos, geralmente ocorridos nos sábados.

No espaço escolar infantil onde o estreitamento de vínculos poderia ser maior, encontra-se uma comunidade escolar num processo de construção democrática lento, isso “pode ser atribuído em parte, a nossa tradição autoritária, que, ao fechar todas as oportunidades de participação na vida da sociedade, em particular na escola pública, induz as pessoas a nem sequer imaginarem tal possibilidade” (PARO, 2012. p.58).

A escola, neste sentido, enquanto instituição pública, tem grande parcela de responsabilidade a respeito da não participação das famílias nesta questão.

Por isso a importância de fortalecer o pensamento coletivo, através de conselhos escolares atuantes, em todos os sentidos. A participação é característica importante desses colegiados. Medeiros e Luce (s/d) esclarecem que

Todos os níveis de participação devem estar presentes nos processos democráticos, pois não basta *fazer parte*, o que pode ser exercido de forma passiva, mas avançar para a apropriação das informações, a plena atuação nas deliberações, das mais simples às mais importantes, exercendo o controle e avaliação sobre o processo de planejamento e execução. (MEDEIROS; LUCE, s/d, 3).

A escola tem a função e o dever de acolher as queixas, os anseios, as expectativas com relação à aprendizagem das crianças por parte das famílias, inserindo-as em um ambiente onde seja possível o diálogo com os outros profissionais que ali circulam, sejam eles professores, funcionários da cozinha e limpeza e supervisor.

A leitura que esses familiares fazem da escola deve ser respeitada e considerada quando se quer promover uma gestão democrática na escola. Conseqüentemente, de uma maneira muito natural e gradual, haverá participação

comprometida nas atuações desses familiares na formação dos colegiados como o conselho escolar.

## 4.2 FORMAÇÃO PEDAGÓGICA

Durante a formação realizada no mês de maio deste ano de 2015, cada educadora foi convidada a trazer uma contribuição a respeito da concepção de educação infantil. Foi explicado que, dos comentários, associados à pesquisa feita com as famílias, seria alterado o Projeto Político Pedagógico da escola. Algumas trouxeram nos seus relatos conexões entre a prática pedagógica e a sua própria percepção a respeito do tema.

**Quadro 2 - Comentários das Professoras em Relação a Concepção de Educação Infantil**

Profs.	Comentário sobre a concepção de educação infantil
A	A educação infantil não consegue se desvincular do assistencialismo, é cultural, recente, precisa mudar
B	Pais já veem o cuidar, mas o educar ainda não.
C	Espaço da escola como referência para muitas crianças, escola como base
D	Abandono das crianças, noção equivocada; desvalorização do ensino
E	Ser social, criança tem de ser respeitada

**Fonte: Elaborado pela autora**

A professora A, ao mencionar que “a educação infantil não consegue se desvincular do assistencialismo”, reproduz em seu comentário um equívoco que alguns profissionais têm com relação aos atendimentos às crianças. Conforme expressado no capítulo deste trabalho, a educação infantil, não só no município de Canoas, como em outros, estava vinculada à área da saúde. Sobre este assunto, as DCNEI (2013, p. 81) orientam que deve haver sim “a articulação entre educação e outras áreas como a Saúde e a Assistência, a fim de que se cumpra, do ponto de vista da organização dos serviços nessas instituições, o atendimento às demandas das crianças”.

O bom desenvolvimento da criança está ligado à responsabilidade que a escola tem no sentido de aplicar procedimentos necessários que co-dependem de

outros serviços em formato de rede, devido às particularidades desta faixa etária. O assistencialismo como concepção para a educação infantil não pode, entretanto, se confundir ao modo como se vê a criança. Ou seja, para a educação infantil deve-se ter uma educação de direito. Como consta na Constituição Federal de 1988, a educação das crianças de 0 a 6 anos passou a figurar como direito do cidadão e dever do Estado.

O comentário da professora B que diz que “os pais não veem o educar”, faz menção a outro ponto no qual as DCNEI abordam no artigo 7º parágrafo II: “assumindo a responsabilidade de compartilhar e complementar a educação e cuidado das crianças com as famílias”. O que se vê aqui é claramente entendimento comprometido quanto a forma como se quer que as famílias se apropriem desta atitude. Não significa que estes não queiram entender o que está implicado no educar. Paro (2000, p.52) aponta que “por outro lado, não se pode exigir que eles participem do que não tem condições de dar e que é obrigação da escola fazê-lo: a execução do trabalho pedagógico é atribuição de pessoas, como os professores, adrede preparadas para esse fim”.

Desse modo, a busca por um maior envolvimento dos familiares para com a escola não necessariamente tem a ver com a questão pedagógica por si só, também leva em conta a maneira que os profissionais enxergam a observação das famílias quanto ao educar. Talvez propor às famílias momentos além da escola que não apenas os convencionais, tais como convites de visita à escola, por um álbum itinerante, uma mochila com livros, um brinquedo que circula nas casas das crianças, por exemplo, teriam muito mais impacto na compreensão sobre a importância do “educar”, pois existiria uma conexão entre o que é dado a conhecer a família e o que é vivenciado pela criança na escola do que uma descrição de projeto de trabalho numa reunião de pais.

Uma abordagem apropriada que contemple as questões sobre o desenvolvimento cognitivo e afetivo das crianças caracterizadas através do lúdico e nos quais as famílias consigam relacionar com o cotidiano junto aos seus filhos possibilitaria o vínculo tão almejado pelos profissionais.

A professora C coloca que “a educação infantil é a base da vida escolar, mas não a totalidade, que a escola serve como referência para muitas crianças”. De fato, o atendimento de muitas escolas abrange cinco dias da semana, totaliza doze horas por dia e boa parte das crianças a frequentam nesse ritmo, o que significa que a escola assume uma parcela significativa de responsabilidade por esta criança. Esta não está relacionada apenas ao tempo de permanência da criança neste espaço, envolve o currículo ao proporcionar através da brincadeira momentos de aprendizagem que oportunizem convivência entre as próprias crianças e adultos e ofereçam ambientes acolhedores, desafiadores e que permitam à criança a criatividade. Também, a escola tem o dever de garantir, além das necessidades básicas delas, que envolvem a higiene, a alimentação, entre outros, orientar as práticas dos profissionais que ali atuam para que estes estejam comprometidos de fato com o desenvolvimento das crianças e possam oferecer um atendimento adequado aos pequenos e de qualidade no período que ficam na escola.

Ao mencionar que “há uma desvalorização do ensino”, a professora D expõe um fato que ocorre em todas as etapas da educação. Mas sabe-se que, se tratando da educação infantil, levando em consideração que as crianças ficavam até pouco tempo atrás aos cuidados das “tias”, a questão da desvalorização do ensino adquire proporção maior. Mesmo a legislação prevendo professores com graduação em pedagogia para atuar na área de educação infantil, os baixos salários, as estruturas das escolas inadequadas (eram casas adaptadas, e algumas ainda são hoje) para atender a demanda de crianças com qualidade, tudo isso influencia no atendimento que deveria ser de qualidade. Ao escrever sobre isso, a autora Côco (2015 apud FLORES; ALBUQUERQUE, 2015, p. 152) comenta: “Lembramos a importância de uma expansão que invista tanto na ampliação do acesso quanto na qualificação do trabalho pedagógico, reconhecendo nos quadros docentes um mecanismo importante de indução dessa qualificação”.

Há uma transformação evidente percebida nas escolas infantis no sentido de melhoria. Porém, é necessário que mais políticas públicas educacionais se façam presentes e que estas cheguem a quem mais precisa, ou seja, atinja a população de

baixa renda, porque as crianças desta população são as que menos têm acesso aos seus direitos. Também, quando se fala em melhoria neste tema, se quer uma melhoria totalitária que considere o todo e não apenas uma parte.

Na contribuição da professora E, esta quis que fosse incluída a afirmação de que a “criança é um ser social, tem de ser respeitada”. As bases legais que auxiliaram tal direito as crianças são a “Declaração dos Direitos da Criança (ONU,1969), a Convenção dos Direitos da Criança (ONU,1989) e a Declaração Mundial sobre Educação Para Todos (UNESCO,1990) de Jomtien, Tailândia”(DIDONET,2001,p.16). A criança se constitui no seu processo de crescimento e nas relações que mantém com outros sujeitos. Oliveira (2012, p.36) salienta que, “além disso, podem desenvolver, nesse processo, sua afetividade, motricidade, linguagem, cognição e um sentido de si como pessoa única, mas historicamente marcada”. Nas diversas situações vivenciadas pelas crianças seja no ambiente familiar ou na escola, estão presentes os elementos que a constituem como sujeito, ou ser social.

É imprescindível que o adulto responsável por promover experiências para as crianças respeite aquelas que a criança possui, a fim de acolhê-la de fato como sujeito social e de direitos e ofereça outras para que esta se aproprie do mundo que a cerca.

## **5 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES**

No momento em que este trabalho é concluído, se retoma objetivos e ações que foram possíveis de realizar devido às dificuldades que a escola está envolvida. Como reflexão, cabe também lembrar a figura do gestor como única autoridade na escola infantil no município de Canoas, cabendo deliberar decisões a todo o momento sobre a rotina administrativa e pedagógica da escola, além de lidar com as demandas que surgem durante o cotidiano.

Assim, a pesquisa-ação ficou um tanto comprometida, pois faltou aplicar junto à análise deste trabalho outras proposições previstas, a fim de a pesquisa-ação atinja a comunidade escolar em sua totalidade, como, por exemplo, reunião com o segmento dos funcionários (cozinha e limpeza) e as crianças, através de registros gráficos sobre como gostariam que fosse a escola, o que mais gostam nela, etc.

Além dessas dificuldades evidenciadas, a restrição de tempo não permitiu o aprofundamento deste tema com o fato pesquisado, tampouco houve tempo para fazer nova abordagem com a comunidade para observar se estes conseguiram estabelecer a relação entre a concepção de educação infantil e as situações-problema da escola trazidos por estes.

Entretanto, durante o desenvolvimento deste projeto, os indivíduos tiveram a oportunidade de pensar a respeito do que está por trás do conceito de educação infantil e como ela se organiza na sociedade.

A pesquisa possibilitou registrar as opiniões de uma forma mais concreta para além daquilo que já imaginávamos acontecer: a mobilização das famílias com relação a como se vê o trabalho na escola, influencia a forma em como se colabora com a visão de mundo desta criança no seu cotidiano.

Em outro dado da pesquisa, observa-se a necessidade de uma reflexão mais profunda sobre como os mecanismos de participação estão agindo na escola para modificar o entendimento de quem detém a responsabilidade de decisões na escola são os professores ou a diretora. Quando uma pesquisa aponta um dado

como esse, faz-se urgente a ampliação da comunicação com as famílias no sentido de preservar a integridade de um dos princípios da gestão democrática .

Hoje, entender a criança como um ser único, com direitos e necessidades iguais as nossas, que possui uma rede de proteção legitimado através do Estatuto da Criança e do Adolescente e conceber a importância desta lei, influencia significativamente as ações e a postura do professor em relação às crianças que são atendidas.

É fundamental que o grupo docente busque nas qualificações e capacitações entender a concepção de infância, se apropriem das descobertas acerca do desenvolvimento das crianças, de como elas pensam, amplie sua visão de mundo para além do que já sabem.

A escola segue fazendo um esforço de acolher este contexto e fomentar as práticas pedagógicas através de planos de atividades que contemplem a vivência que existe no cotidiano escolar e familiar. Neste sentido, cabe à gestão criar espaços e estratégias para envolver o coletivo da escola. Acolher este contexto e fomentar as práticas pedagógicas através de planos de atividades que contemplem a vivência que existe no cotidiano escolar e familiar.

O movimento das famílias no interior da escola é de suma importância para alcançar a construção de um espaço democrático que respeite as especificidades de cada indivíduo e vise contribuir para uma sociedade que exerça sua cidadania. Nesse caso, a escola de educação infantil além de suas particularidades, apesar de diferente das outras etapas da educação básica, exerce um papel fundamental ao ser a base que recebe a primeira infância e que tem uma responsabilidade única quando ao receber as crianças oportuniza que elas estejam num espaço democrático, onde seus direitos são preservados e que possibilitarão que ela se desenvolva integralmente.

As escolas infantis devem mobilizar continuamente melhorias através de órgãos públicos, dialogando com a comunidade local e trabalhando junto aos envolvidos para a resolução de conflitos com vistas a superação destes e na

construção de um espaço que se constitua como um lugar que referencie e favoreça a promoção dos direitos das crianças que frequentam a escola.

Conforme abordado no trabalho, a escola possui uma função política muito significativa e desempenha um papel nos processos democráticos em um âmbito maior, o da construção de sujeitos capazes de contribuir na perspectiva de um futuro melhor.

Consolidar a gestão democrática não é tarefa fácil. Necessita empenho do gestor, principalmente por desafiar a si e aos envolvidos na escola a fortalecer os mecanismos de participação dos quais a comunidade tem o direito de participar. De prover para que estes mecanismos sejam divulgados, na sua integralidade ao mencionar que estes possuem a importância de deliberar assuntos dos quais o gestor tem conhecimento. De ressaltar a frequência com que estes indivíduos têm de estar dentro dos espaços escolares. De desacomodar. Por fim, a forma como o gestor exerce sua função caracteriza o rumo que a escola, via de regra, costuma tomar. Por isso tão urgente e necessária se faz a articulação dos colegiados nestes processos para que a escola venha a executar o seu papel na sociedade, de maneira fidedigna à democracia pela qual se continua lutando para que se efetive em todos os sentidos.

## REFERÊNCIAS

BRASIL, **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica**. Ministério da Educação, Brasília, 2013.

\_\_\_\_\_**Lei de Diretrizes e Bases da Educação: Lei nº 9.394/96-24 de dez. 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1998.

\_\_\_\_\_**Plano Nacional de Educação - PNE/ Ministério da Educação**. Brasília, DF: INEP, 2014.

ALVES, Nancy N. De Lima; BARBOSA, Ivone G. **Gestão Democrática na Educação Infantil e Participação da Família: Possibilidade e limites**. Disponível em: [:www.anpae.org.br/congressos\\_antigos/simposio2009/138.pdf](http://www.anpae.org.br/congressos_antigos/simposio2009/138.pdf) /Acesso em 10 de outubro de 2015.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.

CASTRO, Jane M.; REGATTIERI, Marilza. **Interação escola família- Subsídio para práticas escolares**. Brasília, Unesco, Mec, 2009.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **A gestão democrática na escola e o direito à educação**. Disponível em: <http://www.seer.ufrgs.br/rbpae/article/viewFile/19144/11145>. Acesso em 15 out 2015.

\_\_\_\_\_**O direito à educação: um campo de atuação no gestor educacional na escola**. Disponível em: <http://escoladegestores.mec.gov.br/site/8biblioteca/pdf/jamilcury.pdf>. Acesso em 21 out 2015.

DIDONET, Vital (org.). **Educação Infantil: a Creche, um bom começo**. Disponível em: [http://www.oei.es/inicial/articulos/bom\\_comeco.pdf](http://www.oei.es/inicial/articulos/bom_comeco.pdf) /acesso em 21 outubro de 2015.

FARIA, Vitória Líbia Barreto de; SALLES, Fátima. **Currículo na Educação Infantil: diálogo com os demais elementos da proposta pedagógica**. 2 ed.,[rev. e ampli.]- São Paulo: Ática,2012.

FLORES, M.Luiza Rodrigues; ALBUQUERQUE, Simone Santos de (orgs.). **Implementação do Proinfância no RS: perspectivas políticas e pedagógicas**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2015.

FLORES, M. Marta Lopes. **Gestão educacional e educação infantil**. Disponível em [www.anpae.org.br/simposio2011/cdrom2011/PDFs/.../0196.pdf](http://www.anpae.org.br/simposio2011/cdrom2011/PDFs/.../0196.pdf). Acesso em 04 nov 2015.

FRANCO, Maria Amélia Santoro. **Pedagogia da Pesquisa-Ação**. Educação e Pesquisa. vol. 31 no.3 São Paulo Set./Dez. 2005 Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1517-97022005000300011>. Acesso em: 03 nov 2015.

GRACINDO, Regina Vinhaes. **Gestão democrática nos sistemas e na escola**. Brasília: Universidade de Brasília, 2007.

OLIVEIRA, João Ferreira de. **A construção coletiva do projeto político pedagógico da escola**. Salto para o futuro, série: Retratos da escola, boletim 12, junho/julho 2005.

OLIVEIRA, Zilma Ramos de (org.). **O trabalho do professor de educação infantil**. São Paulo: Biruta, 2012.

LÜCK, Heloisa. et. al. **A escola participativa: o trabalho do gestor escolar**. 5ªed. , São Paulo, 2001.

MEDEIROS; Isabel Leticia Pedroso de; LUCE, Maria Beatriz. **Gestão democrática na e da educação: concepções e vivências**. Disponível em: [http://xa.yimg.com/kq/groups/23100729/746988120/name/Texto\\_08\\_LUCE\\_MEDEIROS.pdf](http://xa.yimg.com/kq/groups/23100729/746988120/name/Texto_08_LUCE_MEDEIROS.pdf). Acesso em: 03 nov 2015.

PERONI, Vera Maria Vidal. **A gestão democrática da educação em tempos de parceria entre o público e o privado**. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pp/v23n2/a03v23n2.pdf>. Acesso em: 15 out 2014.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão democrática da escola pública** 3ªed. São Paulo: Ática, 2000.

\_\_\_\_\_. **Estrutura da escola e prática educacional democrática**. Disponível em: <http://30reuniao.anped.org.br/trabalhos/GT05-2780--Int.pdf>. Acesso em 15/10/2015

RICHARDSON, R. Jarry. **Como fazer pesquisa-ação?** Disponível em: [http://ieeab.weebly.com/uploads/4/3/8/3/43832727/richardson\\_como\\_fazer\\_pesquisa\\_acao.pdf](http://ieeab.weebly.com/uploads/4/3/8/3/43832727/richardson_como_fazer_pesquisa_acao.pdf). Acesso em 05 nov 2015.

## APÊNDICE A

**NOME:**

**DATA:**

### QUESTIONÁRIO

1) ASSINALE QUAL DOCUMENTO VOCÊ ACHA QUE REPRESENTA A ESCOLA COMO UM TODO:

Regimento       Plano de atividades       P.P.P

2) QUEM VOCÊ ACHA QUE É RESPONSÁVEL PELA CONSTRUÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA:

Professores       Pais       Comunidade escolar       SME

3) QUANTAS REUNIÕES AO TODO VOCÊ PARTICIPOU ESTE ANO (INCLUINDO ENTREGA DE PARCERES, ENTRE OUTROS):

Não participei       Uma       Duas       Duas ou mais

4) O QUE VOCÊ ACHA QUE DEVE CONTER NA PROPOSTA POLÍTICO PEDAGÓGICA DA NOSSA ESCOLA:

Regras       Leis       Orientações       Atribuições

5) DESCREVA O QUE VOCÊ ENTENDE POR EDUCAÇÃO INFANTIL:

-----  
-----  
-----

6) DESCREVA O QUE VOCÊ PODE FAZER PARA PARTICIPAR COM MAIS FREQUENCIA DAS ATIVIDADES DA NOSSA ESCOLA :

-----  
-----